

MINAS GERAIS

ABM -ATO DE INCLUSÃO, MATRÍCULA E ENTRADA EM EXERCÍCIO.CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS (CFOBMM)2022. O CORONEL BM COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS,no uso de suas atribuições legais previstas pela Lei Complementar 54, artigo 4º, inciso II, § 2º e de acordo com os artigos 28, 29 e 30 da Resolução 680 de 01de setembro de 2016, c/c ao Edital nº 10, de 04 de agosto de 2021, Ato 2211/2022, de 10 de fevereiro de 2022, que divulgou a convocações candidatos para a matriculano CFO Edital nº 2829/2022eAto 6273/2022,referentes aconvocação para matrícula por Determinação Judicialno CFO 2022,RESOLVE:

1. INCLUIRno efetivo do CBMMG e consequentemente na ABM, os candidatos civis abaixo relacionados, aprovados e nomeados no Concurso Público;

1.1. MATRICULARNO CFO 2022,a partir de 04 de abrilde 2022, os candidatos civis abaixo relacionados convocados e empossados: Cursode Formação de Oficiais- Masculino

ORD	NOME	NASCIMENTO	CPF	GRADUAÇÃO
1	CELIO MOURA TOLENTINO	22/07/1992	111.477.046-94	CADETE
2	ARTHUR DE VINICIUS GAIGHER FERREIRA	18/04/1998	106.434.286-82	CADETE
3	LUCAS CAMPOS RAIMUNDO	05/02/2000	155.374.496-92	CADETE
4	JOSE GUILHERME PEREIRA LEPERA	30/04/2003	098.952.606-28	CADETE
5	MATEUS MARTINS MALHEIROS	12/04/2003	152.990.596-63	CADETE
6	MATHEUS CAMARA AMORIM	25/06/1993	079.286.696-76	CADETE
7	LUCAS AMORIM DE ANDRADE CAMARA	20/12/1999	147.929.956-12	CADETE
8	ENRIQUE FIGUEIREDO DOS SANTOS	10/11/1997	109.392.366-05	CADETE
9	GUSTAVO SILVA FERREIRA	01/06/1999	118.879.186-98	CADETE
10	PEDRO HENRIQUE CORREIA LESSA*	14/07/1994	066.787.544-17	CADETE

* Convocado pelo Ato 2829/2022 Cursode Formação de Oficiais– Feminino

ORD	NOME	NASCIMENTO	CPF	GRADUAÇÃO
1	LUISA DE OLIVEIRA VERÇOSA	12/05/1994	060.304.216-38	CADETE

1.2. MATRICULARNO CFO 2022,a partir de 20 de abrilde 2022, acandidatacivilabaixo relacionadaconvocada e empossada:

ORD	NOME	NASCIMENTO	CPF	GRADUAÇÃO
1	LIVIA MESQUITA FERNANDES*	04/01/1995	126.336.296-60	CADETE

* Convocadapelo Ato 6273/2022. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

EDGARD ESTEVO DA SILVA, CORONEL BM.COMANDANTE GERAL

DIÁRIO DO EXECUTIVO

Art. 3º As atribuições previstas nesta portaria terão vigência vinculada à transferência de outorga e à extinção da Rede Minas, nos termos do parágrafo único, do art. 7º da Lei nº 22.294 de 20 de setembro de 2016.

Art. 4º Ficam convalidados os atos praticados, anteriores, à vigência desta Portaria.

Art. 5º Ficam revogadas as portarias com disposições contrárias.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 29 de abril de 2022.

Sérgio Rodrigo Reis
Presidente
Empresa Mineira de Comunicação
Fundação TV Minas Cultural e Educativa

29 1628040 - 1

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

Secretário: Fernando Passalio de Avelar

Expediente

RESOLUÇÃO SEDE Nº 23, DE 29 DE ABRIL DE 2022 Aprova os valores das tarifas de gás natural para os fornecimentos realizados pela Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG. O Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, § 1º, art. 93, da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.021, de 11 de janeiro de 1993, e na Lei 23.304, de 30 de maio de 2019; Considerando o Contrato de Concessão do direito de exploração, no Estado de Minas Gerais, dos serviços de distribuição de gás canalizado a todo e qualquer consumidor dos segmentos industrial, automotivo, comercial, institucional e residencial, para toda e qualquer utilização ou finalidade, inclusive termoeletricidade, siderurgia, petroquímica, fertilizantes e outros, datado de 27 de julho de 1995; e Considerando a evolução dos preços do gás natural adquirido pela Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG; RESOLVE:

Art. 1º - Ficamaprovadas as tarifas expressas nas Tabelas contidas noAnexo Único desta Resolução para as classes de consumo Industrial (IND-01), Cogeração e Climatização (COG-01/COG-01), Veicular (GNV) e Gás Natural Comprimido e Liquefeito (GNC-01/GNL-01), comercializados pela Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG. § 1º As tarifas referem-se ao gás fornecido nas condições estabelecidas na Resolução SEDE nº 21, de 27 de abril de 2022.

§ 2º - As tarifas expressas nas Tabelas contida no Anexo Único desta Resolução são para pagamento à vista, e estão sujeitas à incidência de tributos, quando aplicáveis, na forma da legislação específica, além de encargos financeiros contratuais, observados, quanto a estes últimos, os parágrafos 5º, 6º e 7º do artigo 1º da Resolução SEDE nº 36, de 22 de dezembro de 2008.

Art. 3º -A partir da data de vigência desta Resolução, as tarifas expressas nas Tabelas contidas no Anexo Único desta Resolução servirão de referência para o cálculo das tarifas que vigorarão subsequentemente em decorrência de variações, para mais ou para menos, do custo do gás adquirido pela GASMIG e, quando for o caso, da margem de distribuição.

Art. 4º - Em conformidade com o disposto na cláusula décima quarta, especialmente no item 14.4 do Contrato de Concessão, a qualquer tempo a Concessionária poderá solicitar ao Poder Concedente a revisão ou reajuste extraordinário dos valores das tarifas fixados nesta Resolução.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º - Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de maio de 2022.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2022.
FERNANDO PASSALIO DE AVELAR
Secretário de Estado Adjunto de Desenvolvimento Econômico

ANEXO 1

Tarifas e cascatas, referentes a 30 dias.

*Devem ser proporcionalizadas para períodos diferentes.

**A partir de 03 de junho de 2021.

Tarifas para 30 dias (*)		Tarifas
IND-01		RS/m³
Demanda		0,4155
Sobredemanda		4,7517
Faixas de consumo em m³		
1	12.500	4,3362
12.501	50.000	3,1887
50.001	250.000	3,0962
250.001	750.000	3,1122
750.001	1.500.000	3,0896
1.500.001	3.000.000	3,0820
3.000.001	4.500.000	3,0243
4.500.001	7.000.000	2,9452
7.000.001	999.999.999	2,8995

Tarifas para 30 dias (*)		Tarifas
Cogeração Parcela Fixa		RS/m³
Faixas de consumo em m³		
1	5.000	157,5949
5.001	10.000	345,6722
10.001	150.000	721,8268
150.001	300.000	3.542,9868
300.001	1.000.000	9.185,3064
1.000.001	999.999.999	27.993,0387
Cogeração Parcela Variável		RS/m³
Faixas de consumo em m³		
1	5.000	3,4081
5.001	10.000	3,3673
10.001	150.000	3,3263
150.001	300.000	3,3058
300.001	1.000.000	3,2854
1.000.001	999.999.999	3,2650

Veicular (GNV) (RS/m³)**	3,2717
GNC/GNL-01 (RS/m³)	2,9108

29 1628074 - 1

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG

Presidente: Paulo Sérgio Lacerda Beirão

ATO DO SENHOR PRESIDENTE CONCEDE LICENÇA À GESTANTE, nos termos do inciso XVIII, do art. 7º da CF/1988 à servidora TATIANA PIRES NEPOMUCENO, MASP1390410-7,por um período de 120 dias, mais 60 dias de prorrogação, a partir de 19/04/2022.

Paulo Sérgio Lacerda Beirão
Presidente da FAPEMIG

29 1627983 - 1

SÁBADO, 30 DE ABRIL DE 2022 – 7

Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais - IDENE

Diretor-Geral: Carlos Alexandre Gonçalves da Silva

ATO DE CONCESSÃO - ABONO PERMANÊNCIA O Diretorde Planejamento, Gestão e Finançasdo Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais, conforme delegação de competência contida no Art. 1 da Portaria IDENE Nº 01 de 12 de janeiro de 2022, CONCEDE ABONO DE PERMANÊNCIA, nos termos do art. 36, § 20, CE/89 com redação dada pelo art. 2º daEC 104/20 e art. 151 do ADCT com redação dada pelo art. 147 da EC 104/20, aoservidorJosé Amílcar Jardim Freire, MASP: 1.020.329-7, admissão 1, a contar de18/04/2022.

Estevão Della Lucia Gomes
Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças
Conforme art. 1º da Portaria nº 01de 12 janeiro 2022
Instituto do Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais - IDENE

29 1627568 - 1

Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado - IPEM

PORTARIA IPEM Nº 34, DE 29 DE ABRIL DE 2022

O Diretor Geral do Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições previstas no art. 7º, I do Decreto nº4 7.899, de 26/03/2020, RESOLVE:

Art. 1º Altera Portaria IPEM Nº 15, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022, nos termos da Lei nº 14.184, de 31/01/2002, Comissão para apurar, por meio de procedimento administrativo de que trata a Resolução SEPLAG nº 37, de 12/09/2005, os eventos de taxação indevida apontados na Nota Técnica nº 01/IPEM/CSEC/2021, de 26/02/2021.

Art. 2º A Comissão será composta pelos servidores: Hélio Magalhães Abreu, MASP 10522258, Lorrane Karina Santos, MASP 1147863-3, Fabiana Alves da Costa Miranda Magalhães, MASP 1177311-6 e Érika Leticia Guimarães, MAPS 1108308-6, para sob a presidência do primeiro, dar cumprimento ao disposto no artigo anterior.

Art. 3º - Os membros da comissão poderão reportar-se diretamente aos órgãos e entidades da Administração Pública, em diligências que se fizerem necessárias à condução dos trabalhos.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Luiz Carlos Siviero Farias – Diretor Geral,
Contagem, 29 de abril de 2022.

29 1627606 - 1

PORTARIA IPEM/MG Nº 33 DE 28 DE ABRIL DE 2022.

Regulamenta a execução das atividades consideradas perigosas e a concessão do adicional de periculosidade no âmbito do IPEM/MG O Diretor-Geral do Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e:

CONSIDERANDO o art. 13 da Lei nº. 10.745, de 25 de maio de 1992, com as alterações da Lei Delegada nº 38, de 26 de setembro de 1997; CONSIDERANDO o Decreto nº 39.032, de 08 de setembro de 1997; CONSIDERANDO o Decreto nº 47.899, de 26/03/2020; CONSIDERANDO o Laudo Técnico de Avaliação Ambiental - LTAA do Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais - IPEM, elaborado com base no § 2º do art. 6º do Decreto nº 39032/97 e no art. 1º do Decreto nº 46104/12, pela Diretoria Central de Saúde Ocupacional, da Superintendência Central de Perícia Médica e Saúde Ocupacional, com extrato publicado no Órgão Oficial dos Poderes do Estado, em 01 de fevereiro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Ao servidor, em exercício no IPEM/MG, submetido às condições de trabalho perigoso, conforme Laudo Técnico de Avaliação Ambiental – LTAA, será concedido o adicional de periculosidade, observadas as orientações desta portaria.

Parágrafo Único – A percepção do adicional de que trata este artigo terá início após autorização da diretoria desta autarquia e da publicação nominal no órgão oficial do Estado de Minas Gerais.

Art. 2º - A chefia imediata do servidor deverá encaminhar, até o 5º dia útil do mês subsequente à realização da atividade, os documentos comprobatórios de execução de atividades consideradas perigosas à diretoria técnica responsável e à gerencia de recursos humanos.

Art. 3º - As atividades consideradas perigosas, executadas em área de risco, com periodicidade intermitente ou habitual, serão registradas em modelo de relatório obtido junto à Gerência de Recursos Humanos. § 1º O relatório de execução de atividades consideradas perigosas deverá ser preenchido utilizando os dados registrados pelo servidor durante a realização de suas atividades em área de risco, disponíveis nos relatórios gerados pelos sistemas de gestão de informação do Immetro.

§2º Excepcionalmente, na indisponibilidade de relatórios gerados pelos sistemas Immetro, outros relatórios e justificativas poderão ser utilizados com anuência da diretoria técnica responsável.

§3º O campo “Atividade Executada” do relatório de execução de atividades consideradas perigosas, deverá ser preenchido com as atividades em área de risco, em conformidade com o Laudo Técnico de Avaliação Ambiental, conforme tabela abaixo:

1. Fiscalização metrológica de botijões de GLP;
2. Fiscalização da conformidade em empresas de descontaminação de equipamentos para transporte de produtos perigosos;
3. Fiscalização dos requisitos de certificação e/ou requalificação de botijões de GLP;
4. Fiscalização da conformidade de produtos e serviços em postos de abastecimento de inflamáveis;
5. Verificação/Fiscalização de dispensers de GNV instalados em postosde abastecimento de inflamáveis;
6. Verificação/Fiscalização de bombas medidoras de combustíveis líquidos.

§4º Para fins de caracterização de atividade perigosa deverão ser observados, conforme descrição no LTAA, o local avaliado, o cargo efetivo, a fonte geradora, a periodicidade e a área de risco durante a execução da atividade.

§5º O relatório de atividades deverá ser assinado pelo servidor, pela chefia imediata e pela diretoria técnica responsável.

§ 6º Para fins de análise do relatório de atividades em área perigosa, a mensuração de tempo inferior a 12 (doze) horas de exposição ao risco, ensejará o encaminhamento de memorando, assinado pelo servidor e pela chefia imediata, que demonstre, de forma detalhada e inequívoca, que as atividades executadas no período avaliado não se enquadram como exposições eventuais;

Art. 4º - O exercício eventual da atividade perigosa não ensejará o pagamento do adicional de periculosidade.

Art. 5º Para fins desta portaria considera-se:

Eventualidade: A exposição eventual é conceituada de acordo com NR16, da Portaria MTE nº 3.214, de 8 de junho de 1978, e Súmula nº 364 do TST, como atividades realizadas de forma não programada, sem mensuração de tempo e para atendimento a uma ocorrência fortuita que não faça parte da rotina.

Intermitente: A exposição intermitente é aquela atividade realizada de forma programada no exercício de parte de suas atividades, podendo estas se repetirem em determinados intervalos de tempo em sua jornada laboral.

Art. 6º - A execução das atividades consideradas perigosas deverá estar inserida no planejamento mensal de atividades, conforme diretrizes do Immetro e áreas competentes do Ipem-MG.

Parágrafo único - A execução das atividades consideradas perigosas não poderá comprometer o cumprimento do planejamento constante nos sistemas e documentos relacionados ao exercício das competências atribuídas ao Ipem-MG.

Art. 7º - A chefia imediata que tem sob seu comando servidores que trabalham em atividades consideradas perigosas fica responsável por comunicar, de imediato, à Gerencia de Recursos Humanos, as alterações ocorridas no ambiente ou condição de trabalho, e o remanejamento do servidor dessas atividades.



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 320220430011243017.